



**Edição nº 580 - 26/03/2019**

(Período 19 a 26 de março de 2019)

## **1. PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**

### **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**Portaria nº 82/2019 - Direção-Geral** – dispõe sobre os valores de venda das publicações editadas pelo Supremo Tribunal Federal e das reproduções dos programas exibidos pelas TV Justiça e Rádio Justiça.

### **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Portaria nº 94/2019 – Presidência** - disciplina os procedimentos referentes à inclusão de processos na pauta e no índice da sessão de julgamento da Corte Especial - **em anexo**.

### **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Portaria nº 231/2019 - Presidência** - institui grupo de trabalho incumbido de apresentar propostas para viabilizar, no âmbito da Justiça Eleitoral, a imediata implementação da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do **Inquérito (INQ) 4435**, com vista a manter a efetividade da prestação jurisdicional eleitoral.

**Portaria nº 180/2019 - Direção-Geral** – dispõe sobre a criação de equipe multidisciplinar de estudos técnicos preliminares para avaliar a necessidade de contratar serviço especializado de aconselhamento imparcial e análise de tendências mundiais em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), incluindo o fornecimento de acesso e consulta a especialistas e à base de conhecimento de pesquisas.

[Portaria nº 214/2019 - Direção-Geral](#) – institui grupo de trabalho para realizar estudos relativos à adequação dos sistemas informatizados que impactam na elaboração e na análise das prestações de contas das eleições municipais de 2020.

## **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

[Resolução nº 527/2019 - Presidência](#) - dispõe sobre os prazos de abertura dos créditos adicionais autorizados na [Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018](#).

[Resolução nº 529/2019 - Presidência](#) - dispõe sobre a instituição do Programa de Desburocratização e Simplificação da Justiça Federal - FLUI JF, da Rede Colaborativa de Desburocratização e Simplificação da Justiça Federal - Rede FLUI, e do Selo de Desburocratização e Simplificação da Justiça Federal.

[Provimento nº 3/2019 - Corregedoria-Geral](#) - dispõe sobre a revisão metodológica aplicada à inspeção e autoinspeção no âmbito dos tribunais regionais federais e altera a redação do [Provimento nº 2-CJF, de 16 de agosto de 2018](#).

## **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

[Portaria nº 263/2019 – Presidência](#) - altera a composição da Comissão de Segurança Permanente da Justiça Federal da 4ª Região - **em anexo**.

[Portaria nº 274/2019 – Corregedoria-Geral](#) - prorroga, até 19/06/2019, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Mista instituída pela [Portaria nº 910/2018](#) para tratar da destinação dos veículos apreendidos em investigações criminais no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região - **em anexo**.

[Resolução nº 18/2019 – Presidência](#) - dispõe sobre a alteração de especialidade de cargo do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - **em anexo**.

[Resolução nº 20/2019 – Presidência](#) - dispõe sobre alteração de competência das 9ª e 12ª Varas Federais da Subseção Judiciária de Curitiba - **em anexo**.

## **2. MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**

[Portaria nº 212/2019 - Procuradoria-Geral da República](#) - estabelece normas sobre demandas relacionadas à instalação de escritórios de atuação concentrada em polo junto às Procuradorias Regionais Eleitorais no País.

[Portaria nº 44/2019 - Ministério Público Militar](#) - institui o serviço voluntário no âmbito do Ministério Público Militar.

### 3. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

**Enunciado nº 24/2019 - Corregedoria-Geral da União** - Prorrogações de Prazo de Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR. "O prazo dos trabalhos das comissões de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, de que trata a **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**, poderá ser prorrogado, por mais de uma vez, mediante ato fundamentado da autoridade instauradora, para possibilitar a regular conclusão do processo".

### 4. PODER LEGISLATIVO DA UNIÃO

**Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 10/2019** – faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 863, de 13 de dezembro de 2018**, publicada em Edição Extra no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

**Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 11/2019** – faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 864, de 17 de dezembro de 2018**, publicada no Diário Oficial da União no dia 18, do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros pela União ao Estado de Roraima para auxiliar nas ações relativas à intervenção federal, com o objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

**Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 12/2019** - faz saber que a **Medida Provisória nº 854, de 3 de outubro de 2018**, que "Dispõe sobre a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social seja parte e que tramitem nos Juizados Especiais Federais", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 13 de março do corrente ano.

**Decreto Legislativo nº 14/2019** – aprova o texto do Acordo Multilateral de Busca e Salvamento, celebrado em 10 de maio de 1973, em Lima, Peru, ao qual o Brasil aderiu em 27 de dezembro de 1985, com reservas aos itens 3.1.7 e 4.1.3.

**Decreto Legislativo nº 15/2019** – aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia, celebrado em Adis Abeba, em 24 de maio de 2013.

## 5. PODER EXECUTIVO FEDERAL

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**Medida Provisória nº 877/2019** - altera a **Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996**, para dispor sobre a dispensa de retenção de tributos federais na aquisição de passagens aéreas pelos órgãos ou pelas entidades da administração pública federal.

**Decreto nº 9.732/2019** – altera a *vacatio legis* e a data fixada para a aplicação das exigências para nomeação ou designação de que trata o **Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019**.

**Decreto nº 9.733/2019** – revoga dispositivos do **Decreto nº 7.880, de 28 de dezembro de 2012**, e do Decreto de 29 de agosto de 2012, que autoriza a permuta de ações entre a União e o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização - FFIE e o aumento de capital na Caixa Econômica Federal - CAIXA.

**Decreto nº 9.734/2019** – promulga o texto da Convenção Relativa à Citação, Intimação e Notificação no Estrangeiro de Documentos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial, firmado na Haia, em 15 de novembro de 1965.

**Decreto nº 9.735/2019** - revoga dispositivos do **Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016**, que dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal.

**Decreto nº 9.736/2019** - altera o **Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017**, que dispõe sobre a composição e as competências da Comissão de Financiamentos Externos.

**Portaria nº 198/2019 - Advocacia-Geral da União** - encerra as atividades, no âmbito da Advocacia-Geral da União, do Grupo de Auxílio Jurídico das Olimpíadas (GAJOLIMPIADAS) e do Grupo Executivo de acompanhamento das ações relativas à Preparação e à Realização da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA/AGU).

**Portaria nº 258/2019 - Advocacia-Geral da União/Procuradoria-Geral Federal** - altera a **Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015**, que institui e fixa as diretrizes para implantação, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, do gerenciamento de contencioso e dá outras providências.

**Ato Regimental nº 1/2019 - Advocacia-Geral da União** – disciplina, no âmbito da Consultoria-Geral da União, a constituição das Câmaras Nacionais temáticas, e a delegação e dispensa de aprovação de manifestações jurídicas nas Consultorias Jurídicas junto a Ministérios ou órgãos assemelhados e Consultorias Jurídicas da União nos Estados e no Município de São José dos Campos, e dá outras providências.

## **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

**Portaria Conjunta nº 1/2019 - Secretaria de Defesa Agropecuária/Secretaria de Aquicultura e Pesca** - institui o Comitê Técnico de Pescados, de cunho técnico e consultivo, com o objetivo de apoiar e promover a articulação dos órgãos e entidades, públicas e privadas, nos temas da Defesa Agropecuária referentes à produção e processamento de pescados e subprodutos de pescado.

**Instrução Normativa nº 3/2019 - Gabinete da Ministra** – torna pública a lista de referência de espécies vegetais domesticadas ou cultivadas que foram introduzidas no território nacional, conforme divulgado no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, disponível no portal <http://www.agricultura.gov.br/>.

**Instrução Normativa nº 3/2019 - Secretaria de Defesa Agropecuária** - estabelece os procedimentos de aprovação prévia de projeto, reforma e ampliação, registro de estabelecimento, alterações cadastrais e cancelamento de registro de estabelecimento junto ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA, e relacionamento de estabelecimentos junto ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA.

## **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**

**Portaria nº 562/2019 - Gabinete do Ministro** - cria o Plano de Fiscalização e Monitoramento de Comunidade Terapêutica no âmbito da Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas - SENAPRED.

**Portaria nº 563/2019 - Gabinete do Ministro** - cria o cadastro de credenciamento das comunidades terapêuticas e das entidades de prevenção, apoio, mútua ajuda, atendimento psicossocial e ressocialização de dependentes do álcool e outras drogas e seus familiares, e estabelece regras e procedimentos para o referido credenciamento no âmbito do Ministério da Cidadania.

**Portaria nº 564/2019 - Gabinete do Ministro** - institui a Certificação de Qualidade dos Cursos de Capacitação para Comunidades Terapêuticas.

## **MINISTÉRIO DA DEFESA**

**Portaria nº 450/2019 - Comando da Aeronáutica** – dispõe sobre o Título Honorífico "Membro Honorário da Força Aérea Brasileira" e aprova as Instruções que regulam a concessão do Título Honorífico "Membro Honorário da Força Aérea Brasileira".

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

**Portaria nº 103/2019 - Gabinete do Ministro** - institui o Subcomitê de Compras e Contratos Centralizados do Ministério da Economia, estabelece diretrizes para a Central de Compras da Secretaria de Gestão e a Secretaria de Governo Digital e dá outras providências.

**Portaria Conjunta nº 2/2019 - Ministério da Economia/Secretaria do Trabalho/INSS/Ministério da Agricultura** - regulamenta o § 2º do art. 38-B, da **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991** *(trata da comprovação do tempo de exercício da atividade rural do segurado especial)*.

**Portaria nº 520/2019 - Secretaria da Receita Federal** – regulamenta o processo de seleção de vídeos para participação no Concurso Audiovisual Innovación Social.

**Resolução nº 677/2019 - INSS** - altera a **Resolução nº 141/PRES/INSS, de 2 de março de 2011** *(que regulamenta a comprovação de vida e renovação de senha por parte dos beneficiários, bem como a prestação de informações por meio das instituições financeiras pagadoras de benefícios aos beneficiários e ao INSS)*.

**Resolução nº 916/2019 - Conselho Curador do FGTS** - altera a **Resolução nº 553, de 20 de dezembro de 2007**, que aprova o Regulamento do FI-FGTS, e a Resolução nº 876, de 12 de dezembro de 2017, que aprova as indicações de representantes dos órgãos e entidades de Governo e das bancadas dos trabalhadores e dos empregadores e designados para integrar o Comitê de Investimento do Fundo de Investimento do FGTS.

**Instrução nº 606/2019 - Comissão de Valores Mobiliários (CVM)** - altera a **Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014** *(sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação das informações dos fundos de investimento)*.

**Ato Declaratório Executivo nº 2/2019 - Secretaria da Receita Federal/Subsecretaria de Arrecadação, Cadastro e Atendimento** - informa os procedimentos relativos à entrega de documentos digitais de empresas sucedidas pelas empresas sucessoras; à apresentação de manifestação de inconformidade/impugnação, nas hipóteses de: (i) processos eletrônicos, (ii) atuação de corresponsáveis em processos digitais, e (iii) inexistência de processo digital ou eletrônico que controle o débito impugnado; e ao requerimento de certidão de regularidade fiscal solicitado por dossiê digital de atendimento aberto via e-CAC, bem como estabelece outros procedimentos.

**Solução de Consulta nº 66/2019 - Secretaria da Receita Federal/Subsecretaria de Tributação e Contencioso** - Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ. Fonte. Retenção. Pagamento realizado por empresa pública federal. O valor do IRPJ retido na fonte pela empresa pública federal, com base no art. 64 da **Lei nº 9.430, de 1996**, combinado com o art. 34, I, da **Lei nº 10.833, de 2003**, quando não for possível sua dedução do valor a pagar do respectivo imposto calculado ao término do seu período de apuração, trimestral ou anual, poderá ser



*compensado com débitos relativos a outros tributos administrados pela RFB, a partir do mês subsequente ao do término desse período, na forma do art. 74 da [Lei nº 9.430, de 1996](#).*

**[Circular nº 585/2019 - Superintendência de Seguros Privados \(Susep\)](#)** – altera as Circulares SUSEP [nº 563](#) e [nº 564](#), de 24 de dezembro de 2017, que tratam das regras e critérios complementares de funcionamento e de operação da cobertura por sobrevivência oferecida em planos de seguro de pessoas.

**[Circular nº 586/2019 - Superintendência de Seguros Privados \(Susep\)](#)** - altera os itens 13.1 e 13.1.1 das Condições Contratuais Padronizadas do Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga (RCF-DC), estabelecido pela [Circular SUSEP Nº 422, de 1º de abril de 2011](#).

## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**[Portaria nº 649/2019 - Gabinete do Ministro](#)** – altera dispositivos da [Portaria nº 233, de 15 de março de 2018](#), que institui o Comitê Permanente de Avaliação de Custos na Educação Básica do Ministério da Educação - CPACEB.

**[Portaria nº 650/2019 - Gabinete do Ministro](#)** – revoga a [Portaria MEC nº 427, de 11 de maio de 2016](#), que instituiu a Comissão para a Política de Oferta e Gestão do Fundo de Financiamento Estudantil.

**[Portaria nº 689/2019 - Gabinete do Ministro](#)** - torna sem efeito a [Portaria nº 271, de 22 de março de 2019](#), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, que "Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2019".

**[Portaria nº 249/2019 - INEP](#)** - define o cronograma de atividades do Censo Escolar da Educação Básica 2019.

**[Portaria nº 271/2019 - INEP](#)** – estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2019 (*tornada sem efeito pela [Portaria nº 689/2019](#)*).

**[Portaria nº 59/2019 - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior \(Capes\)](#)** – revoga a [Portaria nº 251, de 09 de novembro de 2018](#), que dispõe sobre a reformulação do Programa Demandas Espontâneas e Induzidas no âmbito dos programas geridos pela Diretoria de Relações Internacionais da CAPES.

**[Portaria nº 60/2019 - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior \(Capes\)](#)** – dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

[Edital nº 14/2019 - INEP](#) - dispõe sobre as diretrizes, os procedimentos e os prazos do Exame Nacional do Ensino Médio 2019.

## **MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA**

[Portaria nº 867/2019 - Superintendência de Acompanhamento de Serviços Aéreos](#) – aprova o código classificador ANAC para reclamações registradas contra empresas aéreas na plataforma Consumidor.gov.br, na forma das especificações elencadas e exemplificadas nos Anexos I, II e III desta Portaria.

## **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

[Portaria nº 263/2019 - Gabinete do Ministro](#) – institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para avaliar a conveniência e oportunidade da redução da tributação de cigarros fabricados no Brasil.

[Portaria nº 264/2019 - Gabinete do Ministro](#) – institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a finalidade de examinar e formular plano de trabalho detalhado contendo a concepção, o orçamento e o cronograma para efetivação da proposta de criação e implantação do Centro Integrado de Operações de Fronteira no Município de Foz do Iguaçu/PR.

## **MINISTÉRIO DA SAÚDE**

[Portaria nº 263/2019 - Secretaria de Atenção à Saúde - republicação](#) - atualiza os procedimentos radioterápicos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).

[Portaria nº 15/2019 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos](#) - torna pública a decisão de incorporar a ureterolitotripsia transureteroscópica para litíase do trato urinário, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

[Portaria nº 16/2019 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos](#) – torna pública a decisão de aprovar as Diretrizes Brasileiras para diagnóstico e tratamento das intoxicações por agrotóxicos - Capítulo 4, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

[Portaria nº 17/2019 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos](#) – torna pública a decisão de aprovar as Diretrizes Brasileiras para diagnóstico e tratamento das intoxicações por agrotóxicos - Capítulo 5, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.



[Resolução nº 514/2019 - Conselho Nacional de Saúde](#) - aprova as diretrizes referentes à definição de prioridades para as ações e serviços públicos de saúde que integrarão a Programação Anual de Saúde e o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2020.

## **6. CONSELHOS PROFISSIONAIS FEDERAIS**

### **CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

[Súmula nº 9/2019](#) - *INIDONEIDADE MORAL. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. ANÁLISE DO CONSELHO SECCIONAL DA OAB. Requisitos para a inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. Inidoneidade moral. A prática de violência contra a mulher, assim definida na “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – ‘Convenção de Belém do Pará’ (1994)”, constitui fator apto a demonstrar a ausência de idoneidade moral para a inscrição de bacharel em Direito nos quadros da OAB, independente da instância criminal, assegurado ao Conselho Seccional a análise de cada caso concreto.*

[Súmula nº 10/2019](#) - *INIDONEIDADE MORAL. VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA OU MENTAL. ANÁLISE DO CONSELHO SECCIONAL DA OAB. Requisitos para a inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. Inidoneidade moral. A prática de violência contra crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência física ou mental constitui fator apto a demonstrar a ausência de idoneidade moral para a inscrição de bacharel em Direito nos quadros da OAB, independente da instância criminal, assegurado ao Conselho Seccional a análise de cada caso concreto.*

### **CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA**

[Resolução nº 541/2019](#) – dispõe sobre o uso do recurso de Laser de Baixa Intensidade – LBI - por fonoaudiólogos.

[Resolução nº 542/2019](#) – define critérios e determina os gastos destinados à orientação e à fiscalização do exercício profissional, pelos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia e dá outras providências.

[Resolução nº 543/2019](#) - dispõe sobre o uso da Eletroterapia para fins fonoaudiológicos.

### **CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS**

[Resolução nº 263/2019](#) - institui Câmaras Técnicas no âmbito do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), dispõe sobre suas atribuições e funcionamento e dá outras providências.

[Voltar ao topo](#)